

HABEAS CORPUS Nº 548.399 - RS (2019/0355813-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CARLOS VINÍCIOS PEREIRA SOARES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. INSUFICIÊNCIA DAS PROVAS PARA A CONDENAÇÃO. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA PROGRESSÃO DE REGIME. SÚMULA 534/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Carlos Vinícios Pereira Soares**, em que se aponta como autoridade coatora a Sexta Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que deu parcial provimento ao Agravo em Execução Penal n. 0144367-49.2019.8.21.7000, nos termos da seguinte ementa (fl. 161):

AGRAVO EM EXECUÇÃO. RECURSO MINISTERIAL. DECISÃO RECORRIDA QUE NÃO HOMOLOGA UM ATO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR, NO QUAL RECONHECIDA A PRÁTICA DA FALTA GRAVE PREVISTA NO ART. 50, INC. VII, DA LEP PELO APENADO. POR INSUFICIÊNCIA DE PROVA, SEM APLICAÇÃO DAS MEDIDAS JUDICIAIS. DECISÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA EMBASADA EM PROVA SUFICIENTE, CENÁRIO EM QUE SE REVELA DESCABIDO A DESAUTORIZAR EM SEDE DE CONTROLE ORDINÁRIO DE LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR, QUE VAI, PORTANTO, HOMOLOGADO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE IMPOSTA, MAS APENAS PARA FINS DE PROGRESSÃO DE REGIME, ÚNICO BENEFÍCIO QUE ADMITE ESSA MODIFICAÇÃO E POR FORÇA DA SÚMULA Nº 534 DO E. STJ. Recurso provido em parte.

Superior Tribunal de Justiça

Alega a defesa que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão do reconhecimento da prática de falta grave, porquanto, no caso, não há provas suficientes de autoria.

Afirma que o aparelho celular não foi encontrado com o paciente e que outro apenado assumiu a propriedade (fl. 4).

Sustenta, ainda, que, *fazendo análise na legislação, verifica-se que não há nenhuma previsão para a alteração da data-base, quando não há condenação por prática de crime posterior ao início da execução da pena* (fl. 6). Assim, subsidiariamente, pretende que não haja alteração da data-base para os benefícios da execução penal.

Requer, ao final, a concessão da ordem para que seja cassado o acórdão impugnado.

É o relatório.

A concessão de ordem de *habeas corpus* demanda demonstração, de plano, da ilegalidade, ônus que recai sobre o impetrante, a quem cumpre instruir o feito com a prova pré-constituída de suas alegações.

In casu, verifico, de plano, a inviabilidade do presente *writ*.

O tema foi tratado pelo Tribunal de origem aos seguintes fundamentos (fls. 169/170 – grifo nosso):

[...]

O apenado ARY ALVES DA ROSA assumiu a propriedade do aparelho celular, do qual extraídas fotografias suas e de JESUS ROBERTO ALTAMIRANDO NUNES. Não há fotografias do recorrido, mas, conforme a fundamentação do ato administrativo sancionador, "também foi encontrado 3 (três) vídeos, sendo que em um deles, pela tatuagem em uma das mãos (20180717 VIDWA0001 03:07 e 03:22) podemos identificar o recluso CARLOS VINÍCIUS PEREIRA SOARES". Ao visualizar as mídias, em que pese não ser possível ver o rosto do indivíduo filmado, vê-se claramente que tem uma letra "V" tatuada em uma das mãos. No Sistema de Consultas Integradas da Polícia Civil - SCI, está registrado que o recorrido tem essa tatuagem, sendo identificado por agentes penitenciários em razão disso. Ainda, os vídeos duram mais de cinco minutos (5min), nos quais o recorrido ensina como consertar um ventilador, uma espécie de tutorial!. Para arrematar, por volta dos dois

minutos (2min) de um dos vídeos (VID-20180717-WA0001) ele diz: "Este ventilador aqui ó, é o mesmo que está em casa aíó", o que deixa evidente a utilização do aparelho apreendido pelo recorrido. Enfim, a fundamentação do ato administrativo sancionador encontra base nos elementos angariados no PAD, sua conclusão é razoável e não pode ser desautorizada pelo juízo da execução, a quem cabe apenas o controle ordinário de legalidade do ato. No caso, não vejo ilegalidade alguma.

Assim, vai homologado o ato administrativo sancionador.

No que diz respeito à alteração da data-base de benefícios, em minha opinião, não deveria ser imposta sem modificação de regime prisional, pois sempre sustentei que a alteração da variável a considerar em cálculo antecipatório do requisito objetivo só tinha previsão legal nas hipóteses de alteração de regime, refixação, progressão e regressão de regime. Todavia, **a Súmula nº 534 do STJ não deixou espaço algum para esse entendimento, tornando obrigatória a alteração pela simples prática de falta grave, mas apenas para progressão de regime, de modo que a modifico apenas para esse fim.**

[...]

Verifica-se do excerto que o Tribunal local indicou a existência de provas e fundamento suficiente para embasar a condenação pela infração disciplinar em razão da utilização de aparelho celular no interior da unidade prisional.

Ora, somente mediante incursão no acervo fático-probatório seria possível rever a conclusão do Tribunal local e afirmar a inexistência de provas para a condenação, medida essa inviável em sede de *habeas corpus*, tendo em vista os estreitos limites de cognição dessa ação mandamental.

No mais, é firme o entendimento desta Corte Superior de que *a prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração* (Súmula 534/STJ).

Nesse sentido:

EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE EM RAZÃO DA PRÁTICA DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. LEGALIDADE (SÚMULA 534/STJ).

1. Deve ser mantida a decisão monocrática em que se indefere liminarmente o *writ*, substitutivo de recurso ordinário, quando não evidenciado constrangimento ilegal na alteração da data-base para a progressão de regime prisional.

2. **A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração (Súmula 534/STJ).**

3. **Inexiste, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, controvérsia a**

respeito da aplicabilidade da súmula citada.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 499.900/SE, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 20/5/2019 – grifo nosso)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. FUGA. ABSOLVIÇÃO. REGULAR PAD. INVIÁVEL REVOLVIMENTO FÁTICO E PROBATÓRIO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. DIA DA RECAPTURA. PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, nos termos do entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir *habeas corpus* substitutivo de recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem, de ofício.

II - Desconstituir o entendimento firmado pelas instâncias originárias para afastar, ou desclassificar, a falta grave que foi imputada ao paciente, não se verificando ilegalidade manifesta, demandaria amplo revolvimento da matéria fático-probatória, procedimento incompatível com a via estreita do *habeas corpus*. Precedentes.

III - A jurisprudência sedimentada neste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a prática de falta grave, ou crime, no curso da execução penal, somente pode ensejar a alteração da data-base para a progressão de regime, não surtindo qualquer efeito no que tange ao requisito objetivo para o livramento condicional, comutação e indulto, nos termos dos enunciados n. 441, 534 e 535/STJ.

IV - No presente caso, as instâncias ordinárias determinaram a alteração da data-base para a progressão de regime para o dia da recaptura.

V - No que concerne à perda de 1/3 dos dias remidos, "inexiste ofensa ao dever de fundamentação das decisões judiciais, pois o Juízo das Execuções Penais amparou a perda de 1/3 dos dias remidos na gravidade concreta da conduta e nas circunstâncias fáticas" (AgRg no HC n. 436.670/SP, Sexta Turma, Rel^a. Min^a. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 25/09/2018).

Habeas corpus não conhecido. (HC n. 496.727/ RS, Ministro Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador Convocado do TJ/PE), Quinta Turma, DJe 14/10/2019 – grifo nosso)

Ante o exposto, **indefiro liminarmente o writ.**

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator